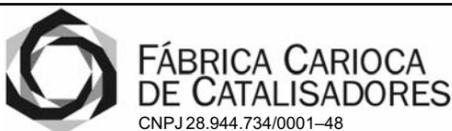


continuação



11. Transações entre partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:

	Contas a receber	Outros ativos circulantes	Estoques	Custo dos produtos vendidos	Vendas	Contas a pagar de curto prazo	Despesas operacionais	Receitas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	28.170	53	-	-	245.545	-	286	-
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	5.163	-	-	-	49.914	-	-	-
Petrobras Distribuidora S.A.	-	296	-	-	-	-	-	-
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	-	124	-	-	-	276	-	-
Petrobras Energia S.A.	588	-	-	-	1.205	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	-	484	-	-	-
Albemarle Catalysts Company	-	33	-	1.805	-	133	-	-
Fomento de Catalisadores Y Aditivos S.A.	-	-	-	-	-	59	-	98
Total em 2009	33.921	506	-	1.805	297.148	468	286	98
Total em 2008	20.818	434	472	2.710	236.821	3.533	1.979	-

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e a receita de vendas com a Petrobras e REFAP referem-se às operações de vendas de catalisadores. A Sociedade vinha efetuando faturamentos considerando a incidência de IPI sobre os seus produtos. Foi detectado, porém, que, em outubro de 2002, houve alteração na legislação do referido imposto, com a redução da alíquota a 0% (zero) para produtos fabricados e comercializados pela Sociedade. O procedimento de faturamento foi ajustado a partir de junho de 2003. Como consequência, vinha sendo discutida com a Petrobras uma devolução de valores faturados a maior de cerca de R\$9.571, à medida que o crédito do imposto fosse aproveitado pela Sociedade, o que passou a ocorrer a partir do ano de 2007. Já foi aproveitado o montante total atualizado de R\$16.187 (R\$14.590 até 2008), com correspondente emissão de notas de crédito em favor da Petrobras, para abatimento no pagamento de suas compras junto à Sociedade. Em 2008 o saldo das notas de crédito ainda não utilizadas somava R\$ 836 e estava, apresentado no passivo circulante. Também em 2008, o saldo atualizado do IPI ainda não compensado e não disponibilizado para a Petrobras era de R\$1.574, que figurava respectivamente no ativo circulante e no passivo circulante.

12. Patrimônio líquido: a. Capital social. Em 31/12/2009 e 2008 o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:

Albemarle Química Ltda.	251.072.398
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	251.072.398
Total	502.144.796

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/12/2008, aprovou o aumento de capital no valor de R\$39.753, com saldo da conta de lucros acumulados. A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/04/2009, aprovou o aumento de capital no valor de R\$8.252, com a parcela do lucro de 2008, que havia sido destinada à reserva especial. **b. Reservas.** Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *** Reserva de reavaliação.** Em 30/12/2008, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o estorno dessa reserva contra a o ativo que lhe deu origem, no montante de R\$20.255.

c. Dividendo, reserva especial e reserva de retenção de lucros. O Estatuto da Sociedade prevê que os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório 25% do lucro líquido do exercício social, calculado de acordo com a lei. Os dividendos propostos em 31/12/2009 e 2008 foram calculados conforme se segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	37.422	11.581
(-) Reserva legal	(1.871)	(579)
Base de cálculo	35.551	11.002
Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	8.888	2.750

Nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, em 30/04/2008, os acionistas decidiram, respectivamente, constituir reserva especial, com o saldo remanescente do lucro de 2007, no montante de R\$18.452 e aprovar a distribuição de dividendos no valor de R\$2.626 da conta de lucros acumulados. A Assembleia Geral Ordinária realizada, em 22/04/2009, decidiu, utilizar parte do saldo da reserva especial para proceder ao aumento de capital no valor de R\$8.252. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2009, decidiu distribuir dividendos no valor de R\$14.000 da conta de reserva especial. O saldo remanescente do resultado do exercício de 2009, de R\$26.663, está sendo levado à reserva de retenção de lucros, para suportar gastos que a Sociedade irá incorrer antes da captação de recursos para aplicação em projeto de desenvolvimento de um novo produto. Essa proposta será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30/04/2010.

13. Impostos a recuperar e diferidos: a. Impostos a recuperar.

	Circulante	Não circulante	Total
IPI	53	-	53
ICMS	681	575	1.256
Imposto de renda e contribuição social	569	-	569
Total em 2009	1.303	575	1.878
Total em 2008	11.159	788	11.947

b. Impostos diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	2009	2008
Imposto de renda diferido	-	-
Provisão de insumos - adição	1.221	2.285
Provisão para contingências e outros - adição	3.280	3.481
Custos fixos de parada - adição	2.470	694
Lucros diferidos - exclusão	(6.533)	(3.524)
Base de cálculo do imposto de renda diferido	438	2.936
Alíquota	25%	25%
Imposto de renda diferido ativo	109	734

Contribuição social diferida

Provisão de insumos - adição	1.221	2.285
Provisão para contingências e outros - adição	2.283	2.485
Custos fixos de parada - adição	2.470	694
Lucros diferidos - exclusão	(6.533)	(3.524)
Base de cálculo da contribuição social diferida	(559)	1.940
Alíquota	9%	9%
Contribuição social diferida ativa (passiva)	(50)	175

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.651	16.054
Alíquota nominal	34%	34%
	19.261	5.458

Efeitos das diferenças permanentes:

Incentivos fiscais para inovação tecnológica	(72)	(1.038)
Outras adições e exclusões, líquidas	40	53
Despesa de imposto de renda e contribuição social	19.229	4.473
Alíquota efetiva	34%	28%

14. Planos de pensão: A Sociedade contribui para a suplementação de aposentadoria de seus empregados, por meio do patrocínio de um fundo de pensão com plano de contribuição definida, no qual o regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização. Em 2009, as contribuições da Sociedade somaram R\$1.021 (R\$871 em 2008) calculadas entre 60% a 140% sobre o valor da contribuição paga por cada empregado. Anteriormente, a contribuição era de 8 % sobre o total da folha de salários. Existe ainda, um plano de benefício definido remanescente, para um pequeno número de empregados, para o qual não são mais efetuadas contribuições. Este plano tem patrimônio independente formado por títulos governamentais de longo prazo, apresenta superávit e não há expectativa de déficit futuro que venha a exigir contribuições da Sociedade. A administração dos planos é conduzida pelo IHPREV Fundo de Pensão. **15. Provisão para contingências e depósitos judiciais.** A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Além disso, são constituídas provisões para os questionamentos tributários cujos pagamentos ocorrem por meio de depósitos judiciais. Principais demandas: **INSS.** A Sociedade possui questionamentos relativos ao INSS, para os quais existem depósitos judiciais e provisão no valor aproximado de R\$ 166 (R\$149 em 2008), e bens do imobilizado (instalações e máquinas e equipamentos) dados em penhora, cujo valor residual é de aproximadamente R\$10. **ICMS.** Em setembro de 1999, a Sociedade foi autuada por suposto recolhimento do ICMS fora do prazo legal, no montante de R\$2.900. O benefício fiscal de dilatação de prazo de recolhimento está amparado por parecer favorável obtido em consulta formal à Secretaria Estadual de Fazenda, que manteve a utilização do benefício até o seu termo final, independentemente do questionamento jurídico sobre a legislação que instituiu o referido benefício. Em julgamento na primeira instância administrativa, foram cancelados multa e juros e mantida a cobrança do imposto. Apesar do imposto ter sido integralmente recolhido, foi necessário efetuar depósito administrativo, no montante de R\$711, para interpor recurso ao Conselho de Contribuintes, onde se espera cancelar definitivamente a autuação. Em 2008, um dos autos, no valor de R\$ 735, foi cancelado; dois autos ainda permanecem em julgamento. Os consultores jurídicos da Sociedade consideram o risco de perda remota, não tendo sido constituída provisão. Em 2009, a Sociedade conseguiu levantar a totalidade dos depósitos efetuados. Em 31/12/2009 o valor atualizado dos autos, ainda sem julgamento final, monta em R\$7.652. **Salário educação.** A Sociedade possui questionamento sobre a constitucionalidade da cobrança do salário educação. Em consequência, foram depositados judicialmente os montantes referentes ao período de agosto de 1998 a julho de 2002, os quais encontram-se integralmente provisionados, no valor de R\$896 em 31/12/2009 e 2008. O processo teve julgamento desfavorável e já foi expedido o alvará de levantamento de depósito judicial em favor do INSS. A Sociedade aguarda o esclarecimento de divergência em relação aos depósitos efetuados, para proceder à baixa contábil

correspondente. **Causas trabalhistas.** A Sociedade possui reclamações trabalhistas propostas por ex-funcionários e terceiros para as quais a Administração, com base na opinião de seus advogados, entende ser suficiente a provisão constituída, no montante de R\$608 em 31/12/2009 (R\$394 em 2008) para eventuais perdas nesses processos. **CIDE.** A Sociedade possui questionamento judicial sobre a cobrança da CIDE, o qual teve julgamento final desfavorável e, os honorários sucumbenciais estão estimados em R\$79. Os depósitos judiciais montam R\$795 (R\$ 787 em 2008) e serão baixados, juntamente com a provisão, após o levantamento dos depósitos pela União. **IPI.** Em 2009, a Sociedade recebeu notificações no montante de R\$13.468, referentes à não homologação de parte das compensações com créditos IPI, originários do destaque indevido do imposto em suas notas fiscais de venda. À época, os créditos foram devidamente analisados por consultores jurídicos e tributários. Levando-se em conta que a atual contingência foi avaliada pelos consultores jurídicos como de risco de perda possível, não houve constituição de provisão. **Outras causas.** Em 31/12/2009 e 2008, existem outros processos de naturezas fiscais e trabalhistas pendentes de julgamento, no montante aproximado de R\$5.280 (R\$5.023 em 2008), para os quais existe depósito no montante de cerca de R\$457 (R\$457 em 2008). Os consultores jurídicos da Sociedade consideram o risco de perda possível, não tendo sido constituída provisão. **16 Instrumentos financeiros:** A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Nota	2009	2008
Aplicações financeiras	a	4	28.292	6.116
Contas a receber	b	5	37.962	36.138

Passivos

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	a	10	15.920	39.139
---	---	----	--------	--------

Categorias: (a) Valor justo através do resultado; (b) Mantido até o vencimento. As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Risco de crédito.** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros.** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **c) Risco de taxas de câmbio.** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

17. Cobertura de seguros. A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos de incêndio, explosão, danos elétricos e responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **18. Evento subsequente.** Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios a encerrarem-se a partir de 1º janeiro de 2010 e para as demonstrações financeiras findas em 31/12/2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Sociedade está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais ainda não tem seu impacto avaliado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31/12/2010, bem como sobre os próximos exercícios.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Alípio Ferreira Pinto Junior Presidente	John Michael Steitz Conselheiro	Rosana Serfaty de Campos Conselheira	Scott Martin Conselheiro
DIRETORIA			
Edson Kleiber de Castilho Diretor Superintendente		Rodrigo Coelho Pinto Diretor	
CONTADOR			
Paulo Cesar Domingues da Silva - CRC-RJ 055.133/O-0			

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. - Rio de Janeiro, RJ. Examinamos os balanços patrimoniais da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") levantado em 31/12/2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findo naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. em 31/12/2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2010. **KPMG Auditores Independentes - CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ. Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC-RJ-064.887/O-8.**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas, Os membros do Conselho Fiscal da **Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.**, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, após analisarem o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras Auditadas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, opinam favoravelmente à sua aprovação pelos Senhores Acionistas. Rio de Janeiro, 04 de março de 2010.

Fernando Eduardo Faleiros Ferreira Conselheiro	Thays Regina Martins Fontes Moreira Conselheira
Luiz Carlos dos Reis Azevedo Conselheiro	Ana Paula Lopes do Vale Conselheira

Id: 941587

Acesse:
www.io.rj.gov.br